

## Ata de Reunião

**Data:** 21.03.2018

**Local:** Sala 307-A do prédio-sede

### **Presenças:**

**Juíza Elisabete Santos Marques**, Juíza Auxiliar da Presidência (coordenadora);

**Patrícia Fernanda Rael**, representante da DG;

**Pedro Henrique Oliveira dos Santos**, representante da SETIC;

**Juliano Machado dos Santos**, representante da SECOM e servidor com deficiência visual;

**João Luiz Cavalieri Machado**, representante da Coordenadoria de Saúde;

**Alex Bruno Viana da Silva**, servidor com deficiência física;

**Rafael Sabini Scherer**, representando **Ruy Bittencourt de Almeida Neto**, representante do SINTRAJUFE/RS.

**Secretário:** Rodrigo Menezes Citrin (AGE)

Hora de início: 14h05min

Hora de término: 15h25min

Aos vinte e um dias de março de dois mil e dezoito, às 14 horas e 05 minutos, na sala 307-A do prédio-sede, ocorreu a reunião da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão. A J. Elisabete iniciou a reunião falando sobre as recentes solicitações encaminhadas à Comissão: pedido de monitor por servidor monocular; e colocação de porta papel higiênico nos os banheiros adaptados. Comentou que a atuação da Comissão, via de regra, ocorre para tratar de demandas pontuais, normalmente, oriundas de servidores. Sugeriu que os debates e encaminhamentos sejam feitos por e-mail. Patrícia informou que a Comissão atuava desta forma na gestão anterior, somente se reunindo quando houvesse um tema que assim exigisse. **Deliberado que a Comissão seguirá atuando por e-mail para as demandas pontuais e, quando houver assunto de maior relevância, será agendada reunião presencial.** Sobre o pedido de monitor feito por servidor do interior, Pedro informou que a transportadora ainda não realizou a entrega, tampouco respondeu ao e-mail enviado pelo SETIC cobrando a entrega. Rafael abordou a demanda do Foro de Erechim, onde servidores e usuários da Justiça reclamam da falta de pavimentação nos acessos ao prédio do Foro. Sugeriu que a Comissão encaminhe o assunto junto à Prefeitura de Erechim. **Sugestão aceita. J. Elisabete irá encaminhar o assunto.** Alex lembrou o caso da servidora que solicitou um aro magnético auditivo. Patrícia informou que foram solicitadas informações à servidora, porém não houve retorno. **Patrícia irá solicitar, novamente, mais informações à servidora sobre o equipamento.** Sobre o encontro de servidores PcD promovido pelo TRT4 em 2017, Juliano acredita que a Diretoria-Geral tenha os dados obtidos durante o evento, tais como as sugestões apresentadas pelos PcD. Contudo, nenhum retorno foi dado aos participantes. J. Elisabete disse que a Fabiana da Escola Judicial informou que, devido à baixa adesão, os encontros de PcD serão bianuais. Patrícia informou que foram realizados cursos à distância sobre acessibilidade e inclusão no ano de 2017. Disse, ainda, ter conhecimento de atos de preconceitos contra servidores PcD, por parte dos gestores. Defendeu que deve haver uma mudança de mentalidade dos gestores. Juliano informou que no encontro de servidores PcD surgiu a ideia de elaboração de um

material direcionado aos gestores sobre os servidores e pessoas com deficiência. Rafael perguntou se o material já foi elaborado para o encontro de gestores deste ano. **J. Elisabete irá encaminhar a demanda junto à Escola Judicial, para inclusão de material e atividade sobre PcD no encontro anual de gestores.** Juliano sugeriu que seja incluído um módulo sobre PcD no ambiente virtual de capacitação de gestores. Cavaleri sugeriu, ao invés de módulo, fazer o tema ser incorporado em todos os cursos do tribunal. **J. Elisabete irá encaminhar a demanda à Escola Judicial.** Abordado o assunto sobre o atendimento ao público PcD usuário da Justiça do Trabalho, Cavaleri informou ter conhecimento da existência de um cadastro no Tribunal de prestadores de serviço na área de comunicação com PcD, porém não soube informar onde está disponibilizado este cadastro. **Patrícia irá verificar onde se encontra o cadastro e como acessá-lo.** J. Elisabete informou que há proposta da Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) para unificação de Comissões e Comitês. Disse que já manifestou sua opinião de que a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão deveria ser unificada com o Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde e a Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho. Rafael opinou no sentido de que a Comissão deveria ser preservada, sem sua unificação. J. Elisabete questionou se já ocorreu alguma reunião conjunta com outras Comissões quando o assunto assim exigiu. Juliano informou que nunca ocorreu. J. Elisabete falou sobre a necessidade de uma ação para divulgar o trabalho da Comissão. Sugeriu a inclusão do tema Acessibilidade e Inclusão nos Encontros Institucionais da Magistratura. **Sugestão aceita.** Pedro salientou a importância do direcionamento do assunto aos Desembargadores, tendo em vista que ações institucionais são encaminhadas por eles. Cavaleri sugeriu uma palestra sobre o tema, para marcar atuação da Comissão. **Deliberado pela realização de uma campanha no Dia Nacional do PcD.** Juliano informou que o assunto será tratado na SECOM. **Juliano encaminhará sugestões por e-mail à Comissão.** J. Elisabete sugeriu, a fim de atender o disposto no artigo 10, inciso IV, da Resolução CNJ nº 230/2016, que a Escola Judicial ministre cursos de LIBRAS ou oportunize a participação de servidores em cursos externos. Propôs, ainda, que seja dada preferência de inscrição nos cursos para servidores atuantes na atividade-fim do Tribunal. **Sugestão e proposta aceitas.** **J. Elisabete irá encaminhar o assunto junto à Escola Judicial.** Após debate sobre a situação dos banheiros adaptados do TRT4, a Comissão deliberou no sentido de que seja feito, em um primeiro momento, um levantamento de todos os banheiros para PcD em Porto Alegre, a fim de verificar a situação em face das normas vigentes sobre o tema. Na sequência, deverá ser feito o mesmo levantamento para as unidades do interior do Estado. **J. Elisabete encaminhará a demanda à SEMPRO.** Rafael alertou que em 2020 haverá redução no orçamento, em face do previsto na Emenda Constitucional nº 95. Opinou no sentido de que todas as obras que se pretenda executar deverão ser realizadas em 2018 e 2019, por exemplo, as reformas necessárias nos banheiros para PcD. Juliano fez questão de registrar sua aprovação e satisfação com o ingresso do Pedro na Comissão. **Comissão deliberou que deverá ser dado o prazo de 10 dias para resposta a todas as demandas a serem encaminhadas.** Reunião encerrada às 15h25min. Ata subscrita por mim, Rodrigo Menezes Citrin, servidor lotado na Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais, e remetida eletronicamente aos presentes para validação.